

Economia

CONSTITUINTE

A NOVA LUTA PELA ANISTIA



Costa Couto



Ulysses



Gasparian



Márcio Fortes

Acredite: dinheiro para bancar a anistia sairá da agricultura.

Mais uma vez, punição à eficiência: as culturas em melhor situação financeira — como a soja e a laranja, por exemplo — poderão sofrer o impacto maior dos cortes que o governo vai fazer no financiamento do custeio da safra 88/89, para compensar os custos da anistia da correção monetária aprovada pela Constituinte, estimados em Cz\$ 249 bilhões só para o setor rural, e em Cz\$ 377 bilhões no total.

Esses produtores seriam duplamente penalizados — não teriam direito à anistia, por causa do critério "caso a caso" da emenda, que excluiu os tomadores de empréstimos

que tiveram preços compensadores, e ainda perderiam parte do financiamento do custeio — reconhece uma fonte do Ministério da Fazenda. Mas não há outra saída, complementa: não faria sentido cortar nas culturas que estão em pior situação, e portanto mais necessitadas do financiamento.

A decisão final sobre quem vai sair perdendo será tomada pelo Conselho Monetário Nacional, na sua reunião marcada para o dia 13. Até lá, técnicos da Fazenda e da Agricultura trabalharão para apresentar ao ministro da Agricultura as diversas possi-

bilidades de redução dos recursos. Segundo a fonte da Fazenda, o corte deverá ser seletivo, e condicionado pelo custo final da anistia.

A fonte garante que os números divulgados na sexta-feira pelo Ministério da Fazenda são tão precisos quanto seria possível neste momento, e foram retirados diretamente dos computadores do Banco do Brasil, que armazenam informações atualizadas sobre todas as operações de crédito rural realizadas pelo banco. O custo de Cz\$ 377 bilhões já incorpora estimativas sobre os efeitos das restrições acrescentadas à emenda original —

determinado o estudo caso a caso dos pedidos, e limitando área e faturamento dos beneficiados —, o que resultou numa redução de 30 a 60% sobre o custo, sem essas restrições.

Ainda assim, há variáveis que não puderam ser calculadas, e podem mudar — não muito — esses números, assegura a fonte. O corte no financiamento será feito pela avaliação da necessidade e da disponibilidade de recursos, depois da anistia, para que o Ministério da Agricultura apresente ao CMN os Valores Básicos de Custeio de cada cultura.

Multinacionais vão à luta no 2º turno

A aprovação em 1º turno de dispositivos constitucionais considerados lesivos à economia brasileira levou cerca de 20 empresas multinacionais à reação de "levantar a cabeça acima da trincheira", na expressão do presidente da Shell, Robert Broughton: reuniram-se para desenhar uma campanha de esclarecimento à opinião pública, constituintes e governo, em defesa do investimento estrangeiro de risco.

Anunciada ontem no Rio por Broughton e seus colegas da Xerox (Henrique Gregori), Brascan (Roberto Paulo César de Andrade) e Furukawa (Anselmo Nakatami), a campanha envolverá recursos da ordem de US\$ 1 milhão, e prevê um plano de mídia em que se incluem jornais, revistas, televisão e impressos avulsos.

As multinacionais concentram seus esforços para a supressão de quatro pontos principais na futura Constituição: 1) a definição da empresa nacional contida no artigo 200; 2) a preferência que o poder público será obrigado a dar à empresa nacional ao adquirir bens e serviços, também no ar-

tigo 200; 3) a nacionalização do setor mineral, estabelecida pelo parágrafo 3 do artigo 205; e 4) a proibição de contratos de risco. A luta por tais supressões conta com o apoio de outras transnacionais, como a GM, Volkswagen, Atlantic, Esso, Phillips, Sanbra, White Martins, Ciba-Geigy, British Petroleum, Rhodia, Saint Gobain e Ferretco. Algumas delas já estão há dezenas de anos no Brasil, como a Brascan (90 anos), a Shell (75 anos) e a Xerox (23 anos).

Os empresários se dizem com a obrigação de advertir para as consequências de certas medidas constitucionais como o artigo 200 do projeto, que define empresa brasileira de capital nacional como "aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País (...)"

Essa conceitualização dificultaria a formação de joint-ventures, e Nakatami vê outra impropriedade: "Se o doutor Antônio Ermírio de Moraes for morar em Lisboa, o grupo Votorantim não será mais brasileiro..."

Enquanto o governo monta uma ampla "operação pente fino", coordenada pelo chefe do Gabinete Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, para tentar retirar do texto da futura Constituição, no segundo turno da votação, alguns itens que, no seu entendimento, atrapalharão o funcionamento da economia e criarão dificuldades ao controle das contas públicas, grupos favoráveis e contrários à anistia das dívidas contradas durante o Plano Cruzado lutam para fazer prevalecer seus interesses.

Bastou o presidente interno Ulysses Guimarães anunciar sua disposição de examinar com as lideranças políticas a viabilidade de uma emenda supressiva à anistia das dívidas, a ser votada no segundo turno da Constituinte, para que o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) corresse ontem cedo ao Palácio do Planalto, mesmo sem ter audiência marcada. Gasparian denunciou que existe uma campanha contra as decisões econômicas da Constituinte e afirmou que Ulysses Guimarães está mal informado sobre o assunto. Segundo Gasparian, também o presidente Sarney está mal informado. Por esse motivo, o deputado pretende reunir colegas favoráveis à anistia das dívidas e fazer campanha junto ao governo para que a decisão da Constituinte seja mantida, bem como levar ao presidente Sarney uma outra versão dos fatos.

O deputado paulista, autor da emenda que limita em 12% ao ano de juros reais que podem ser cobrados pelos bancos, reconhece que a anistia aprovada na Constituinte tem seus pontos falhos, mas garantiu que ela não dará prejuízos aos bancos. Gasparian destacou que, em 1987, o governo, através da Resolução nº 1.335 do Banco Central, subsidiou os bancos com Cz\$ 70 bilhões, equivalentes hoje a Cz\$ 420 bilhões, "mais do que os Cz\$ 370 bilhões calculados para a atual anistia creditícia". Com aquela medida, disse Gasparian, foi possível melhorar a situação dos pequenos e médios produtores rurais junto aos bancos. O deputado citou ainda a ajuda financeira que o governo deu a Transbrasil, a empresa e a empreiteira, além da Sunaman. Disse que tudo isso, somado ao valor liberado pela Resolução nº 1.335, totaliza recursos superiores aos que serão despendidos com a anistia.

Sarney decidirá

A estratégia da "operação

Primeiro perdão foi do governo, há um ano.

Por essa ninguém esperava: a anistia aos que contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado, aprovada no primeiro turno da Constituinte, longe de beneficiar os produtores rurais, como se esperava, acabou por prejudicá-los. Pelo menos teoricamente. É que os produtores rurais já haviam sido anistiados da correção monetária sobre seus empréstimos pela Resolução 1.352, do Banco Central, de 1º de julho de 1987. A resolução do BC perdooava a correção monetária de todas as operações de crédito rural feitas entre 1º de março de 1986 e 28 de fevereiro de 1987. Já a anistia aprovada pela Constituinte limitou o benefício a dívidas no valor de até cinco mil OTNs.

Quem alerta sobre o assunto é o advogado tributarista Clóvis Ferro Costa, que também é diretor jurídico da Itaipu Binacional, que considera "inacreditável" que a Constituinte ignorasse o assunto e tivesse anistiado o produtor rural pela segunda vez. E o que considera pior: limitou direitos que estavam assegurados pelo próprio governo, através da resolução do Banco Central.

Clóvis Ferro Costa diz que além da 1.352, o Banco Central divulgou mais uma resolução, a 1.411, de 29 de outubro de 1987, que estendeu o perdão para dívidas até 30 de junho de 1987. Para os produtores do Norte e Nordeste, a anistia da correção monetária era mais ampla: até outubro de 87.

pena" vai ser discutida com o presidente Sarney em seu regresso da China. Por enquanto, o ministro Costa Couto pretende criar uma ampla base parlamentar de sustentação para o corte das emendas consideradas "inconvenientes". Sarney também vai decidir sobre uma série de assuntos de impacto na economia, entre eles uma completa revisão dos programas e projetos oficiais constantes do Orçamento da União para este e os próximos anos.

Em Belém (PA), o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Márcio Fortes, disse ontem que a anistia das dívidas contradas durante o Plano Cruzado representa "uma tragédia para a sociedade brasileira como um todo, em benefício de uns poucos que se negam a pagar suas dívidas". Segundo Márcio Fortes, apenas na área urbana o BNDES deverá perder cerca de US\$ 100 milhões com a anistia.

Críticas a Mailson

Em Belo Horizonte, a Federação da Agricultura de Minas (Faemg) decidiu, por unanimidade de seus 85 sindicatos, considerar o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, pessoa não grata à classe rural mineira, pelo fato de tê-la chamado, ainda que indiretamente, de "caloteira". Segundo comunicado da entidade, "somente os incautos não percebem o gigantesco lobby desencadeado recentemente nos meios de comunicação de todo o País pelos banqueiros, tentando jogar a sociedade civil contra a classe rural e os pequenos e microempresários que caíram no conto do vigário do Plano Cruzado".

Em São Paulo, um escritório de advocacia publicou anúncio nos jornais de ontem, alertando: "Anistia. É hora de agir". O argumento do advogado Gustavo Konder é que a anistia não causará prejuízos à sociedade e que os microempresários devem se organizar para impedir que a medida seja retirada da futura Constituição. Segundo o advogado, a conta da anistia foi paga no ano passado, quando uma resolução do Conselho Monetário Nacional permitiu aos bancos não recolher cerca de Cz\$ 30 bilhões, referentes ao Imposto de Renda, para reforçar o fundo de reserva especial, que estaria sem recursos em decorrência do alto nível de inadimplência.

Quércia e Moreira se unem contra o arrocho

Preocupados com a diminuição dos investimentos públicos em seus estados, os governadores de São Paulo, Orestes Quércia, e do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, pretendem acompanhar com redobrada atenção a política do governo federal de combate ao déficit público. O mesmo cuidado terá com as negociações relativas ao pagamento da dívida externa brasileira, pois entre os seus subprodutos — como lembrou Moreira Franco — está justamente o arrocho nos investimentos governamentais.

Essas decisões foram tomadas ontem, durante encontro entre os dois governadores, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. Eles acertaram, ainda, que seus respectivos secretários da Fazenda devem elaborar um trabalho conjunto, com o objetivo de propor medidas que permitam a ambos os estados enfrentar seus atuais problemas econômicos, ampliando sua capacidade de investir, que tem sido reduzida.

Orestes Quércia frisou que este esforço conjunto não deve ser considerado um lobby para pressionar o

ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Ele acrescentou que concepções da com a necessidade do governo federal tomarem medidas de controle do déficit público, mas de que tais decisões não sejam repassadas aos estados e municípios. Como exemplo das dificuldades que a política de corte do governo federal tem criado para os estados, o governador Moreira Franco citou o recente bloqueio de contas bancárias das estatais paulistas e do Metrô do Rio de Janeiro.

Assim, embora ambos aceitem que há necessidade de moderar gastos públicos, fazem ressalvas à maneira como o corte está sendo conduzido, pois — como afirmou Moreira Franco — "o governo federal optou por onerar mais exatamente os estados e os municípios". Para Quércia, cada governador deve guardar o interesse de seu estado, cada prefeito, o de seu município, mesmo porque face à atual crise econômica é preciso fazer um esforço na retomada dos investimentos públicos, também porque significam a criação de novos empregos.

